



Moção Setorial ao

XXIII Congresso Nacional do Partido Socialista

Por um programa de emergência de fomento ao emprego jovem

A pandemia da Covid-19 veio provocar uma paragem abrupta nas atividades económicas, expressa numa das maiores recessões de que há registo. Apesar dos apoios formulados pelo Governo do Partido Socialista, e ainda que mitigados por estes, a crise trouxe consigo uma forte quebra no emprego, que se cifra nas 62 mil pessoas, dos quais 12 mil se encontram no desemprego e 50 mil na inatividade.

A expressão da crise no emprego foi muito menor do que se antecipava. A 16 de junho de 2020, o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia apresentava uma atualização das Previsões para a Economia Portuguesa que antecipavam taxas de desemprego para 2021 que variavam entre os 8,7% (FMI e MF) e 9,6% (OCDE). Ao contrário desses prognósticos, a taxa de desemprego apenas superou os 7% durante 6 meses de 2020 (junho a novembro 2020), situando-se em abril de 2021 em 6,9% (ajustado de sazonalidade).

Todavia, estes dados não devem mascarar a realidade negra vivida nos mercados de trabalho de algumas regiões e de algumas faixas etárias. Apesar de se registar um aumento da taxa de desemprego a nível nacional de 0,3 pontos percentuais (pp) entre o 1.º trimestre de 2020 e o 1.º trimestre de 2021, esse aumento da taxa de desemprego foi de 2,6pp no Algarve e 3,7pp na Região Autónoma da Madeira, ambas particularmente fustigadas pela contração do turismo.

Já quanto à distribuição geracional da crise do emprego, no ano até março 2021, registou-se um aumento líquido do emprego nas faixas etárias acima dos 45 anos e quebras assinaláveis abaixo, agravando-se em faixas etárias cada vez mais novas. Enquanto 3,9% da população empregada entre os 35 e 44 anos de idade perderam o seu emprego nesse ano, essa quebra foi de 5,2% na faixa etária entre os 25 e 34 anos e de 19,6% entre os 16 e 24 anos.

Portugal é o 5.º país da União Europeia com maior taxa de desemprego jovem (24,0%). Uma das maneiras de comparar o desempenho do ‘mercado de trabalho’ para diferentes gerações é comparar a taxa de desemprego jovem e geral. Somos o 3.º país da Europa com uma maior diferença entre estas duas taxas de desemprego – 3,38 vezes – e, ainda, o 6.º país da Europa onde essa diferença mais aumentou (de 2,85x para 3,38x). Estes dados indicam uma geração especialmente “à rasca” para arranjar emprego.



O ano de 2020 registou um número recorde de candidatos ao ensino superior, o que levou muitos jovens a adiarem a sua entrada no mercado de trabalho. Esse fenómeno reflete-se numa menor taxa de atividade, tendo esta baixado na faixa etária entre os 16 e 24 anos de 36,3% para 31,0%. Todavia, enquanto uma maior adesão ao ensino superior ou à formação profissional pode ser interessante, é preocupante o aumento do número de jovens que nem estudam nem trabalham. Entre os 1.º trimestres de 2020 e 2021, os chamados jovens “nem-nem” ou NEET aumentaram 32,7 mil em número para 261,8 mil, estando este concentrado em fases mais avançadas da juventude. O número de jovens NEET dos 20 aos 24 cresceu 7,7% e o dos 25 aos 34 anos aumentou 19,1%.

Estes não são apenas números de uma crise em tempo real mas um dilema para a empregabilidade futura destes jovens. Quanto mais tempo passa, mais se ativam os fenómenos da chamada «cicatrização do mercado de trabalho», com efeitos reais. Segundo um estudo, a geração que começou a trabalhar entre 2008 e 2012 teve uma penalização na sua remuneração inicial de 8% que ainda perdurava em 2017. Outros estudos já registaram maiores dificuldades nos trabalhadores encontrarem emprego de novo. Todos estes fatores não só levam a perda de rendimento e oportunidades, como consolidam numa diferença substancial de riqueza entre gerações.

Impõe-se, por isso, respostas especialmente direcionada aos jovens. Este tem sido um caminho trilhado pelo Governo desde o início da pandemia, com o reforço dos estágios em termos de desenho (p.e. no montante das bolsas) e dotação (de cerca de 100 milhões de euros para 140 milhões). Estes apoios já têm apoiado milhares de pessoas, com destaque para 41 mil trabalhadores ao abrigo do ATIVAR.PT e 30 mil contratos permanentes a apoiar através do Compromisso Emprego Sustentável.

Todavia, no entender da Juventude Socialista a dimensão e gravidade da situação exige que se renove e reforce as medidas orientadas para o desempregado jovem, adotando um programa de emergência de fomento ao emprego jovem. Este programa assentaria numa maior provisão de apoios à contratação, oportunidades de formação e apoio especializado.

Consideramos, em particular, que o Governo não deve prejudicar os jovens que participam com bolsa em programas de ocupação de tempos livres, devendo criar incentivos financeiros às organizações juvenis, sociais e desportivas, e outras organizações privadas sem fins lucrativos, que acolham estes programas. No que concerne à educação e formação profissional, será relevante não só aumentar a oferta formativa, em particular de curta duração, como atribuir bolsas de formação profissional aos jovens entre os 16 e os 23 anos, que frequentem os Cursos de Aprendizagem.



Em termos de empregabilidade, a Juventude Socialista propõe, ainda, o aumento do Prémio Emprego de 2 para 3 vezes a remuneração, o recurso ao emprego público, como por exemplo o Presidente Joe Biden dos Estados Unidos da América fez, com o Corpo Climático Civil, e o reforço dos incentivos financeiros à contratação de jovens recém-qualificados.

Assim, propõe-se que o XXIII Congresso Nacional do Partido Socialista delibere:

Preparar, apresentar e aprovar um programa de emergência de fomento ao emprego jovem.

Miguel Costa Matos, militante n.º 147.699	Francisco Ribeiro, militante n.º 165.040
Miguel Rodrigues, militante n.º 175.965	Luís Silva, militante n.º 152.783
José Dias, militante n.º 177.771	Abel Matinhos, militante n.º 154.742
Joana Sá Pereira, militante n.º 156.884	Henrique Canha, militante n.º 124.634
Filipe Pacheco, militante n.º 97.340	Ana Rita Pereira, militante n.º 151.502
Tiago Estevão Martins, militante n.º	Filipe Cunha, militante n.º 161.368
Maria Begonha, militante n.º 117.563	Francisco Barros, militante n.º 123.462
Eduardo Barroco de Melo, militante n.º 152.991	Pedro Calaça, militante n.º 147.020
Olavo Câmara, militante n.º 157.430	Alexandra Domingos, militante n.º 149.597
Vilson Ponte Gomes, militante n.º 163.847	Ricardo Abreu, militante n.º 163.861
Bruno Matias, militante n.º 111.786	Eduardo Alves, militante n.º 149.129
Pedro Vasconcelos Almeida, militante n.º 150.076	Francisco Dinis, militante n.º 130.941
Bárbara Dias, militante n.º 154.624	Margarida Vasconcelos, militante n.º 121.648
Rita Pereira, militante n.º 172.394	Tito Resende, militante n.º 155.477
Diana Pais, militante n.º 168.740	Bernardo Rodrigues, militante n.º 161.006
Diogo Cunha, militante n.º 132.084	André Mercier, militante n.º 154.802
Eduarda Lopes, militante n.º 123.597	Hugo Magalhães, militante n.º 168.940
Hugo Teixeira, militante n.º 169.634	José Eduardo Gouveia, militante n.º 132.898
Luís Pereira, militante n.º 161.544	Nuno Matos, militante n.º 164.059
Daniel Silva, militante n.º 159.669	Duarte Brazão, militante n.º 164.284
Diogo Carvalhas, militante n.º 162.577	Carina Cruz, militante n.º 168.232
Renato Almeida, militante n.º 172.810	Bruno Gonçalves, militante n.º 174.570
Nuno Mira, militante n.º 126.435	Inês Monteiro, militante n.º 119.804



Maria João Ribeiro, militante n.º 127.718

Cláudia Moreira, militante n.º 166.912

Tiago Soares Monteiro, militante n.º 163.069

Rodrigo Prinzo, militante n.º 176.936

Diogo Silva, militante n.º 177.514